

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Journal de Brasília*

Class.: 775

Data: 02.10.83

Pg.: _____

■ Carlos Conde

**Conexão
externa do
caso Juruna**

O Itamaraty participa em dois níveis do caso Juruna. O primeiro, o da adesão do ministro Saraiva Guerreiro às críticas que o Ministério de Figueiredo está fazendo ao cacique xavante. O segundo, o do conhecimento antecipado que a chancelaria pode ter a respeito das enormes e negativas repercussões internacionais que fatalmente ocorreriam se o deputado do PDT sofresse uma punição drástica.

O Itamaraty é o canal por meio do qual o governo toma conhecimento das reações que o problema indígena no Brasil provoca lá fora. A partir da rede de embaixadas que a chancelaria espalhou pelo mundo chegam à Secretaria de Estado essas reações. E do Palácio do Arco elas são encaminhadas ao Palácio do Planalto e aos órgãos governamentais interessados no problema.

É fácil supor, com base nos antecedentes, que uma pena rigorosa contra Juruna seria muito mal vista no exterior. Antes mesmo de ser deputado ele já havia se transformado em uma figura conhecida internacionalmente. Seus depoimentos, sempre candentes, eram transmitidos ao mundo pelos veículos de informação estrangeiros baseados no Brasil. Essa divulgação foi muito ampliada com a presença de Juruna, em 1981, no Tribunal Russel, que promoveu importante reunião na Holanda. Na ocasião, relacionado em uma lista de convites seletos, o atual deputado do PDT fez colocações muito sérias, que grangearam respeito e simpatia por sua figura.

Quando Juruna pôde ser candidato e depois foi escolhido, pela manifestação incontestável das urnas, aquele respeito e aquela simpatia se acentuaram no exterior. E se projetaram, com bom grau de credibilidade, sobre os instrumentos que haviam permitido a eleição. Era a primeira vez, a céu aberto, que o representante de minoria étnica legítima da vida brasileira havia galgado posto de tal relevância.

Segundo o raciocínio que chega do exterior neste momento de polêmica — e que pudemos filtrar por meio das embaixadas estrangeiras acreditadas em Brasília — Juruna precisa ser entendido e julgado no contexto das suas possibilidades. Ele não é um cidadão brasileiro no pleno uso e gozo de todas as prerrogativas. Juruna é um índio "em vias de integração", tutelado pela Funai. Querer, portanto, que ele atue como branco e como tal seja julgado é desconhecer a lei e a realidade. Muitos dos protagonistas envolvidos na polêmica podem não saber, ou não querer saber, mas as embaixadas estrangeiras acreditadas em Brasília conhecem o processo que permitiu a candidatura daquele índio e os escudos jurídicos que o protegem. Tanto conhecem que ontem um influente embaixador da Europa Ocidental me exibiu cópia do parecer da Funai que autorizava a candidatura do cacique xavante. Em trecho relevante, o "sim" da Funai destaca: "... o requerente tem pleno entendimento e compreensão de seus atos e se acha em grau de integração quase plena; portanto, só lhe são anuláveis os atos praticados com pessoas estranhas à sua comunidade se lhe forem prejudiciais" (o grifo é nosso).

As embaixadas estrangeiras também transmitem a impressão de que quando chama um ministro de ladrão Juruna não está procurando atingir uma pessoa em particular, nem capitulando um ilícito específico. Ele estaria, muito mais, expressando o ressentimento histórico de toda uma etnia contra o que ele e ela consideram outra forma de roubo: o roubo da sua terra. É por isso que teve repercussão extremamente positiva no exterior manifestação nesse sentido do presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marçílio, que aliás tem-se mostrado muito digno em episódios importantes da vida nacional. Assim, segundo os ecos que as embaixadas captam dos comentários de além-terra e além-mar, Juruna não pode ser visto como qualquer branco que chame ou seja chamado de ladrão. Reduzir o problema a esse simplismo seria ignorar a história dos índios e o valor das parábolas.

Nos últimos anos tem decaído o ímpeto das censuras que habitualmente são feitas, no exterior, à política indigenista brasileira. O período crítico das acusações pode ser localizado a partir do início da década de 70, coincidindo com as grandes rodovias de integração nacional, entre elas a Transamazônica, a Perimetral Norte e a Cuiabá-Santarém. Esse avanço da chamada civilização dizimou tribos inteiras. Os Paracanã começaram a contrair doenças venéreas e os Nhandiquaras perderam em pouco tempo suas terras para empresas agropecuárias e tiveram que curtir a dor de sua desagregação. Diversas entidades internacionais de conceito definitivo vieram ao Brasil para examinar de perto a situação, como a Cruz Vermelha Internacional e a Survival International, da Grã-Bretanha.

O início da crise financeira reduziu o ritmo das obras no antigo cenário dos índios. Mas os problemas persistiram. O governo Figueiredo já teve quatro presidentes na Funai, a terra continua sendo o grande ponto da discórdia e a integração às vezes rápida e inadequada dos índios é outro dado preocupante. Sem grandes novidades no problema indígena brasileiro, as críticas no exterior tornaram-se menos constantes e menos áspers. A condenação de Juruna fatalmente inverteria esse quadro.